

RESENHA

A TRAJETÓRIA DE UM LEGADO: REFLEXÃO E ARTICULAÇÃO

SAVIANI, Dermeval (Org). *O legado educacional do século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Arlene da Silva Gonçalves
Margarita Victoria Rodríguez

O interesse em investigar o passado é uma necessidade que o historiador tem em compreender os caminhos que dão sentido aos acontecimentos do presente, levando-o a questionar e a comparar as rupturas e continuidades em espaço e tempos tão diferentes, e às vezes, tão semelhantes. Optar por uma abordagem da história, que põe em evidência as semelhanças dos objetos estudados, não se trata apenas de mera descrição das políticas ou das instituições educacionais de um determinado período, mas de resgatar e demonstrar as diferenças e multiplicidades, destacando suas especificidades, e estabelecendo as possíveis relações entre esses objetos e a totalidade histórica educacional.

Portanto, o pesquisador que se propõe a investigar a escolarização no Brasil, a organização das escolas, seus currículos, processos de aprendizagem, métodos e formação de professores contribui de forma relevante para a compreensão das reformas educacionais e sobre a história da formação docente.

Nesse sentido, o livro *O Legado Educacional do Século XIX*, organizado por Dermeval Saviani, com textos de Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarin e Jane Soares de Almeida, reúne artigos expostos no Seminário de Pesquisadores, realizado em agosto de 1997, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara UNESP, sobre o Ensino

Simultâneo, Método Intuitivo e a Educação Feminina. A obra visa em primeiro lugar contribuir para a compreensão das questões educacionais contemporâneas, na perspectiva histórica. Em segundo lugar, procura aprofundar estudos sobre temas educacionais, refinando conceitos e apontando um quadro geral de referências onde é situada esta análise.

Os três artigos que compõem este livro abordam historicamente as formas que adotou a educação escolar brasileira durante o século XIX, apontando como características marcantes o modo de colonização e do desenvolvimento econômico no contexto capitalista, que influenciou o modo de entender a educação e as instituições percebidas como o meio mais eficaz de qualificação do trabalhador.

No primeiro artigo Espaço da Educação e da Civilização: origem dos Grupos Escolares no Brasil, elaborado por Souza, teve como objetivo demonstrar como se configurou este modelo de escola primária, durante o século XIX em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e sua respectiva implantação no Brasil. Para tanto, analisa o processo de institucionalização da escola graduada, ressaltando que o seu nascimento foi uma resposta a procura de vagas e de instrução, própria do século XIX, na qual a educação popular era essencial para a formação do cidadão Republicano.

A autora explica que em 1892 o Estado de São Paulo implementou a primeira reforma educativa de caráter republicano abrangendo o ensino primário, secundário e normal, sendo objeto de mudanças curriculares e de método de ensino. Nesse contexto surgiram os Grupos Escolares, cuja denominação foi empregada em substituição ao das Escolas “Centrais”. Esta modalidade de escola primária foi implantada no Brasil em 1893, conforme o regulamento da instrução pública no Estado de São Paulo, representando uma das inovações educacionais mais importantes daquela época, a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a

classificação dos alunos e a necessidade de prédios próprios. Esta forma de organização escolar tinha como objetivo a modernização da educação com vistas a elevar o país ao patamar das nações mais desenvolvidas.

Este modelo de escola primária foi adotado nos demais estados brasileiros,

Sob o signo da modernização, o processo de difusão da educação popular coincide no Brasil com a implantação de um novo modelo de organização escolar difundido em todos os países ocidentais (p.50).

Sua expansão para outros Estados da Federação foi influenciada pela reforma do sistema escolar paulista, acompanhando o movimento de renovação e modernização do ensino público, comprometido com os ideais republicanos de erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular.

Apesar de surgir como instituição moderna e de excelência no ensino público, essa expansão foi marcada por deficiências administrativas e falta de financiamento adequado, agravados por políticas de escassos investimentos na área educacional, fazendo com que as escolas não atingissem o caráter moderno preconizado. Finalmente a autora destaca que os Grupos Escolares foram extintos em meados da década de 1970, deixando como herança os princípios básicos de organização administrativa e pedagógica do ensino fundamental.

O segundo texto, Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado, de Valdemarin, a autora investiga as relações estabelecidas entre método de conhecimento e método de ensino, no contexto da renovação pedagógica ocorrida no século XIX, procurando concentrar sua análise nas diretrizes e nos princípios que

norteiam o método intuitivo, detalhando por meio de instrumentos conceituais e analíticos, alguns aspectos da relação que se estabelece entre concepções teóricas e procedimentos didáticos ou entre filosofia e seus desdobramentos educacionais.

Sendo assim, o texto apresenta as características que assumiu o método de ensino intuitivo, adotado na segunda metade do século XIX, nas escolas européias, americanas e brasileiras, elucidado nos manuais didáticos, organizados para orientar a prática de professores na educação de crianças em faces iniciais de escolarização, procurando compreender alguns aspectos do trabalho escolar, priorizando a influência de paradigmas epistemológicos nos procedimentos didáticos, com a finalidade de discutir o papel exercido pela escola no desenvolvimento do raciocínio e no estabelecimento do saber escolar.

Com efeito, na metade do século passado surge um movimento de renovação pedagógica pretendendo mudar o caráter abstrato e pouco utilitário da instrução, sugerindo novo método de ensino, concreto, racional e ativo, chamado de ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino intuitivo. A autora afirma que:

Aliando observação e trabalho numa mesma atividade, o método pretende direcionar o desenvolvimento da criança de modo que a observação gere o raciocínio e o trabalho e prepare para o futuro produtor, tornando indissociáveis pensar e construir (p. 69).

Sendo assim todas as atividades devem originar o aprimoramento da observação e da inteligência da criança.

A autora explica também que, o princípio fundamental sobre o qual ele se assenta e do qual decorrem as atividades de ensino é a preposição de que a aprendizagem tem seu início nos

sentidos, que operam sobre os dados do mundo para conhecê-lo e transformá-lo pelo trabalho e que a linguagem é a expressão deste conhecimento (idem p. 75).

O artigo destaca ainda a importância desse método de ensino intuitivo no ensino brasileiro, ressaltando sua contribuição para a criação de um novo modelo pedagógico, porém delimitado pela carência existente nas escolas, pela falta de material didático, ausência de professores habilitados e falta de direcionamento político para educação popular. No entanto sua difusão e aplicação colaboraram para definir a prática educacional como uma atividade intencional e dirigida, restringida pelas condições existentes.

Por fim, o artigo *Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil (século XIX-XX)*, escrito por Almeida, analisa de forma comparativa a feminização do magistério no Brasil e em Portugal, a inserção das mulheres no magistério primário, tornando-o um campo de trabalho predominantemente feminino. Destaca, ainda, a diferença salarial entre homens e mulheres e as conseqüências dessa emancipação feminina e o importante papel que a imprensa periódica, principalmente a escrita e dirigida por mulheres, teve na divulgação dos direitos e dos anseios femininos.

Na segunda metade do século XIX, surgiram manifestações femininas reivindicando educação, instrução e privilégios sociais, como trabalho, profissão e direito ao voto, afirma a autora que: “Os tempos republicanos e o final do século mostravam uma mudança gradativa das mentalidades femininas” (p. 172).

No campo educacional a feminização do magistério primário ocorreu em Portugal e no Brasil no fim do século XIX, por ocasião de sua expansão em termos quantitativos, tanto pela frequência das moças nas escolas normais, como pela sua ocupação no magistério. A autora explica que, essa

introdução não foi aceita pelos homens que exerciam essa profissão, porque temiam perder seu emprego. Mas em ambos os países a visão moralista que questionava a presença de professores masculinos ensinando meninas, possibilitou a abertura do espaço profissional para as mulheres no ensino. A presença das mulheres possibilitou incorporar à profissão mudanças na carreira e no imaginário social acerca da profissão, visto que os ideais republicanos, que preconizavam um povo instruído e a crença no poder da educação para o crescimento do país, repercutiu diretamente na política educacional e na criação de mais escolas que, aos poucos, foram sendo ocupadas pelo sexo feminino.

Enfim, o texto salienta que a luta das mulheres para se inserirem no campo do magistério, promoveu mudanças na profissão, nas relações de poder, modificando ainda, a concepção da sociedade e do Estado a respeito desta participação e que, a partir dessas mudanças, novos caminhos se abriram e as mulheres permaneceram ocupando espaço profissional até representarem grande maioria.

Como se vê, os três artigos que compõem a obra em questão têm em comum o fato de demonstrar que as mudanças ocorridas no campo da educação que aconteceram no final do século XIX, tiveram em primeiro lugar as influências exercidas pelas idéias estrangeiras. Por outro lado, destacam que nesse período diante ao desenvolvimento industrial e as novas técnicas de trabalho, em que o operariado precisava se qualificar, o Brasil passou por transformações educacionais a fim de atender as exigências populacionais e o crescimento econômico. É nesse sentido que a escola transforma-se num espaço que visa promover a formação democrática, própria do ideário liberal, visando assegurar e garantir a igualdade de oportunidade de escolarização a todos os cidadãos.

Por fim se considera de suma importância a leitura desta obra, porque contribui para o conhecimento histórico da origem

e consolidação da escola pública brasileira e portuguesa, e a influência das teorias pedagógicas e filosóficas estrangeiras, desde o ponto de vista metodológico e organizacional, até o processo de feminização do trabalho docente.